



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 793, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

AUTORIA: Comissão de Serviços de Infraestrutura

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos Rogério

Requerimento n° 793, de 2019

(REQUERIMENTO N° 58 DE 2019-CI)



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, informações sobre o montante financeiro envolvido na resolução da questão do risco hidrológico pela via judicial e o montante financeiro resultante da solução do risco hidrológico pela via legislativa com a aprovação do PL 3.975/2019 (PL n° 10.985/19 na Câmara dos Deputados), levando em conta os efeitos retroativos e o contido no PL a respeito de elegibilidade do deslocamento por razão elétrica; efeitos da antecipação de Garantia Física das Usinas Estruturantes; e atrasos de transmissão – restrição ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação. Ainda, é necessário identificar o eventual impacto a ser suportado pelo consumidor cativo com a resolução da questão pela via legislativa, com a aprovação da Lei, uma vez que a discussão do risco hidrológico atualmente diz respeito aos consumidores pertencentes ao Mercado Livre. Por fim, em caso de êxito dos geradores na demanda judicial, qual o efeito para os consumidores para o futuro? E, em caso de insucesso judicial, qual o efeito futuro para o consumidor? Em relação ao PL, qual o efeito para o futuro e qual o tratamento para o passado, em relação aos consumidores?.



JUSTIFICAÇÃO

O PL 3975/2019 (PL nº 10.985/19 na Câmara dos Deputados) tramita no Senado Federal unicamente para apreciar Emenda incluída na Câmara dos Deputados quando da apreciação do Projeto de Lei.

Após a apreciação pelo Senado, será encerrado o processo legislativo e será dada solução, pela via legislativa, ao risco hidrológico.

É sabido que houve intensa judicialização do GSF, o que gerou a concessão de inúmeras liminares pelo Judiciário, impactando severamente o Mercado de Curto de Prazo. Contudo, a questão ainda pende de resolução por conta da ausência do trânsito em julgado de centenas de ações.

Assim, no momento, pode-se resolver a questão pela via judicial ou pela via legislativa. Tanto em um caso, como em outro, é possível que o consumidor sofra alguma espécie de impacto direto ou indireto.

Desta forma, é fundamental conhecer o montante financeiro resultante da resolução pela via judicial e o montante resultante da solução legislativa. Isto é, o total do valor atualizado discutido em Juízo e os valores resultantes da nova Lei, caso venha a ser aprovada, tendo em vista o encaminhamento dado no PL para:

- Elegibilidade do deslocamento por razão elétrica;
- Efeitos da antecipação de Garantia Física das Usinas Estruturantes;
- Atrasos de transmissão – restrição ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação.

Diante disso e levando-se em conta que os efeitos são retroativos, apresenta-se o Requerimento para que seja quantificado o total atualizado discutido em Juízo a respeito do GSF e o total dos valores resultantes da aprovação



do PL 3975/2019 (PL nº 10.985/19 na Câmara dos Deputados), à luz, especialmente, dos três itens acima indicados.

Por fim, é necessário identificar o eventual impacto a ser suportado pelo consumidor cativo com a resolução da questão pela via legislativa, com a aprovação da Lei, uma vez que a discussão do risco hidrológico atualmente diz respeito aos consumidores pertencentes ao Mercado Livre.

Ademais, em caso de êxito dos geradores na demanda judicial, qual o efeito para os consumidores para o futuro? E, em caso de insucesso judicial, qual o efeito futuro para o consumidor? Em relação ao PL, qual o efeito para o futuro e qual o tratamento para o passado, em relação aos consumidores?

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2019.

Senador Marcos Rogério
(DEM - RO)





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CI, 17/09/2019 às 11h - 33ª, Extraordinária

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. MARCELO CASTRO	
JARBAS VASCONCELOS		2. JADER BARBALHO	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	4. RODRIGO PACHECO	
ESPERIDIÃO AMIN		5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	6. LUIS CARLOS HEINZE	

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO		1. JOSÉ SERRA	
FLÁVIO BOLSONARO		2. IZALCI LUCAS	PRESENTE
ROBERTO ROCHA		3. JUÍZA SELMA	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE KAJURU		1. WEVERTON	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. KÁTIA ABREU	
ELIZIANE GAMA		4. ALESSANDRO VIEIRA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES		1. PAULO ROCHA	PRESENTE
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	
VAGO		3. VAGO	

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO		1. ANGELO CORONEL	PRESENTE
CARLOS VIANA	PRESENTE	2. NELSON TRAD	
IRAJÁ		3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. JAYME CAMPOS	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO	

PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	1. ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE
ELMANO FÉRRER	PRESENTE	2. LASIER MARTINS	PRESENTE

Não Membros Presentes





Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

ALVARO DIAS
ZENAIDE MAIA
PAULO PAIM